



**Colégio de Diretores de Escolas e Centros de
Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos
Ministérios Públicos do Brasil**

ATA 2/2016

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas, nas dependências da sala de reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Goiás, localizado à rua 23, esquina com a avenida Fued José Sebba, Quadra A 06, Lotes 15/24, Jardim Goiás, em Goiânia – Goiás, com a presença, após a devida convocação, dos representantes das Escolas e CEAF's do Brasil, **Dr. André Mauro Lacerda Azevedo**, Presidente do CDEMP e Coordenador do CEAF-RN; **Dr. Eduardo Diniz Neto**, Vice- Presidente da FEMPAR e do CDEMP; **Dr. Edgar Roberto Lemos de Miranda**, Secretário Executivo do CDEMP e Coordenador do CEAF-MS; **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, Diretora da ESMP-GO; **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas**, Diretora da ENAMP e da ESMP-MA; **Dr. Luiz Antônio A. Souza**, Diretor do CEAF-RR; **Dr. Carlos Henrique Martins Lima**, Diretor da ESMPU; **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, Diretor da ESMP-SP; **Dr. Marcelo Pedroso Goulart**, Coordenador Técnico de Pesquisa da ENAMP, membro do Ministério Público do Estado do São Paulo; **Dra. Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos**, Sub-Coordenadora do CEAF-RJ; **Dr. Vinícius Menandro Evangelista de Souza**, Diretor do CEAF-AC; **Dra. Vanessa Wendhausen Cavallazzi**, Diretora do CEAF-SC; **Dr. Luciano de Faria Brasil**, Diretor do CEAF-RS; **Dr. Antonio Sérgio Tonet**, Diretor-Presidente da FESMP-MG; **Dra. Wandete de Oliveira Netto**, Coordenadora do CEAF-AM, e o **Dr. Valmiro Santos Macedo**, Coordenador Técnico de Ensino Presencial da ENAMP e representando a Coordenação do CEAF-BA, compondo a mesa o primeiro, segundo e quarto acima nominados, e a convite, o Procurador-Geral de Justiça de Goiás, **Dr. Lauro Machado Nogueira**, declarou-se aberta a 2ª Reunião Ordinária do ano de 2016 do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP. O **Presidente** abriu os trabalhos saudando a todos, mui especialmente o Procurador-Geral de Justiça de Goiás e também Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça –CNPJ, **Dr. Lauro Machado Nogueira**, bem assim a **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, Diretora da ESMP-GO, “que mui gentilmente nos recebem em seu Estado”, e ainda dar as boas vindas, como membro recém-chegado, ao colega **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, Diretor da ESMP-SP, “como sempre o Estado de São Paulo muito bem representado” - asseriu, e ainda saudando os demais membros da Diretoria presentes, a Presidente da ENAMP, **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas**, bem como os seus diretores de departamento que compõem a ENAMP, e por fim os demais diretores de Escola e Centros de Ensino do país, destacando a presença sempre marcante do diretor da Escola Superior do Ministério Público da União, comparecendo sempre a todas as reuniões, acredita que há quase dois anos, o que tem como de grande importância, pois demonstra a unidade do Ministério Público brasileiro, no âmbito do CDEMP, na capacitação de seus membros; passou a palavra em seguida ao **Dr. Lauro Machado Nogueira**, o qual após cumprimentar a todos, na pessoa do **Presidente**,



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

elogiou a atuação da Coordenadora do CEAF-GO, **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, que vem de forma contundente contribuindo para o aprimoramento dos membros do Ministério Público de Goiás, também no âmbito da Escola, está feliz de no segundo ano de seu mandato receber o CDEMP, em reunião neste Estado; fez um breve relato das dificuldades atuais na área da economia do País e dos Estados, e da criatividade na manutenção dos projetos e do funcionamento da Instituição; e ainda da necessidade do debate de que já no curso de formação dos Promotores de Justiça substitutos haja a compreensão pelos membros do bom relacionamento com a classe política, mantendo uma linha de equilíbrio e respeito; e concluiu colocando-se à disposição de todos neste evento; em seguida, retornando a palavra à **Presidência**, esta devolveu-a à **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, a qual, cumprimentando a todos no nome do **Presidente**, agradeceu a presença dos membros do CDEMP nesta reunião, bem assim do Procurador-Geral de Justiça de Goiás na cessão do espaço, e ainda ao cerimonial da PGJ-GO, acrescentando que tem como gratificante e honrosa a função de trabalhar com a capacitação; o **Vice-Presidente** fez questão de agradecer ao Procurador-Geral de Justiça de Goiás, “em nos receber, sendo o Ministério Público de Goiás reconhecido como de vanguarda no País” reiterando como também membro da Diretoria da ENAMP, o suporte à Escola Nacional, solicitando faça chegar este pedido aos demais Procuradores-Gerais, momento em que agradeceu o Senhor Procurador-Geral, retirando-se da reunião em seguida. Dando prosseguimento aos trabalhos, o **Presidente** colocou em votação a Ata n. 01/2016; ao indagar se todos receberam cópia da ata, pediu a palavra o **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, cumprimentando o Presidente e todos os demais presentes, falando de sua honra e satisfação em poder participar pela primeira vez desta reunião do Colegiado, o que demonstra o seu compromisso com as deliberações tomadas, rogou seja consignado que não recebeu a ata da última reunião, e por isto irá se abster de votar a ata anterior; acrescentou que embora tenha assumido a Escola no dia 21 de dezembro, primeiro dia de recesso forense em São Paulo, também quer consignar a sua estranheza em relação ao tema “Escola Nacional”, pois esta conta com integrantes que não fazem parte deste Colegiado, embora reconheça que não participou da reunião anterior que o leva a esta postulação, mas faz questão de deixar registrada a sua perplexidade em relação a este fato; solicitou então a palavra o **Secretário** esclarecendo ao postulante que quanto à ata, foi ela encaminhada naturalmente, para conferência, àqueles que compareceram à primeira reunião ordinária, o que não foi o caso do Coordenador do CEAF-SP, logo não poderia mesmo exercer o seu direito de voto quanto à sua aprovação ou não, recebendo com naturalidade a sua abstenção na votação de hoje; o **Presidente** retomou a palavra e esclareceu que a eleição dos membros da ENAMP se deu no mês de novembro de 2015, antes da posse do **Dr. Antônio Carlos da Ponte** à direção da Escola do Ministério Público de São Paulo; solicitou a palavra o **Vice-Presidente**, e, esclarecendo que como aquele estava chegando pela primeira vez nesta reunião, para seu conhecimento, o projeto da Escola, diferentemente do que se estava conformando no próprio CDEMP, tenta obedecer minimamente certos critérios, inclusive cronológicos e temporais para permitir o desenvolvimento de um mínimo projeto político-pedagógico, nos moldes de



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

qualquer instituição de ensino, fazendo todo um esclarecimento quanto ao projeto da Escola Nacional, com muita discussão, ao longo de 2 anos, reformando-se o novo Estatuto do CDEMP, inserindo a configuração da Escola nesse Estatuto, passando a ENAMP a ser um órgão do CDEMP, chegando-se ao regimento da Escola Nacional prevendo que apenas a Presidência deve recair, no momento da posse, sobre membro Diretor de Escola oficial, leia-se CEAF, e quanto aos demais cargos, as diretorias criadas, levando-se em conta a preocupação com a questão pedagógica, não há a exigência de que sejam necessariamente membros do CDEMP, hoje coincidentemente há dois ou três membros que já deixaram suas funções no CEAF, mas permanecem na Escola nessas funções de Coordenações Técnicas, não coincidindo os mandatos, sendo de 1 ano no CDEMP e na Escola Nacional de 2 anos, permitindo-se uma recondução, justamente para não interromper processos iniciados, de caráter pedagógico, sendo que nem o Presidente do CDEMP precisa compor a diretoria da Escola Nacional; esclarece que esta reunião de hoje do CDEMP, onde participam alguns membros da Escola Nacional, cuida-se de uma reunião conjunta, pois há previsão de duas reuniões anuais conjuntas, e em alguns momentos atividades paralelas, reuniões paralelas, trata-se portanto de uma questão regimental, esclarecendo que consiste num processo de aperfeiçoamento; esclarece que participam membros da ENAMP nesta reunião, pois haverá adiante um momento de relatório e proposições da ENAMP em face do CDEMP, evidentemente não deliberam, tendo direito a voto somente os membros do CDEMP; o **Dr. Antônio Carlos da Ponte** retomou a palavra, dizendo que persiste seu inconformismo e propõe que se volte ao debate sobre o tema em uma outra ocasião, dizendo que tal não encontra similar em universidades, e particularmente vê o fato com extrema preocupação, e justifica que não pode comparecer na última reunião ordinária, pois foi exatamente o dia em que tomou posse no cargo de Diretor do CEAF-SP; solicitou a palavra a Diretora da ENAMP, a **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas**, saudando a todos os componentes da mesa, em especial o **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, o qual inicia na data de hoje sua participação neste Colegiado, também sublinhou que “quer fazer esclarecimentos acerca do assunto, pois integra Universidade, em projetos de pesquisa e coordenação já há alguns anos, na verdade, vinte e quatro anos, perante a Universidade Federal do Maranhão, e há determinadas questões que são essenciais para o desenvolvimento de projetos, este foi o motivo dessa nossa deliberação, para que a Escola Nacional sim, pudesse ganhar autonomia, e estruturar-se, sem que houvesse alterações na sua estrutura administrativa inicial”; acrescentou que este não é um projeto dos CEAFs, das Escolas ou das Fundações, mas um sonho do Ministério Público brasileiro, essa capacitação que será gerada é para todos, e agradece assim a presença do Ministério Público da União, na pessoa do representante de sua Escola, o **Dr. Carlos Henrique Martins Lima**, “integrando conosco este mesmo sonho, e até na época em que o convidamos para integrar a Escola ele nos disse que se sentia integrado, já como membro do CDEMP” - realçou; e prosseguiu esclarecendo: “aliás, é algo bem trabalhoso, pois não há estruturas, trata-se de um empenho pessoal, em busca da consolidação de um sonho, de um empenho integrativo, democrático, temos que a capacitação é algo indispensável, temos



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

conhecimento da estrutura do CEAF de São Paulo, onde já esteve e gostaria de retornar, e crê que lá estará de volta”; conhece o trabalho do atual Diretor do CEAF-SP, a equipe pedagógica, vê com excelência o que tem sido desenvolvido em São Paulo, e isto é o que a ENAMP busca, essa integração e a realização de um sonho, e finalizando, asseriu: “pode afirmar que todas as pessoas que integram esse processo detêm essa mesma vontade, e nesse sentido complementa que hoje é Coordenadora do CEAF-MA, mas após junho, pode não mais vir a ser, pois haverá nova eleição, mas permanece, como deliberação estatutária, na qualidade de Diretora da Escola Nacional, com mandato de 2 anos, que é um mandato diferenciado do CDEMP, pois se saísse em junho, haveria uma descontinuidade de todo um trabalho desenvolvido, e esta foi a maior motivação para assim se resolver este assunto desta forma, e ainda com relação às Coordenadorias Técnicas, enfrentou-se uma grande dificuldade para a formação dos quadros, portanto, faz o convite ao Diretor do CEAF-SP para que venha somar conosco, integrando, e com o intuito de que a Escola Nacional cresça”; agradeceu enfim a atenção de todos, consciente de que a Escola Nacional cresce a passos pequenos, mas grandiosa. Retornou então a palavra à **Presidência** para dar prosseguimento normal aos trabalhos, momento em que o **Secretário** solicitou que fosse deixada a aprovação da ata para um momento posterior desta reunião, pois determinou a impressão de uma cópia da ata, e distribuição em papel, a todos os presentes, inclusive para que o colega recém-chegado do CEAF-SP tivesse conhecimento do que fora deliberado, com o que aquiesceu o **Presidente**, o qual antes de passar para o tema seguinte da pauta, afirmou que havia alguns encaminhamentos a fazer, sendo o primeiro tema a se debater e a votar consiste em se buscar junto ao CNPG as condições de dar viabilidade à ENAMP, no que diz respeito às suas reuniões, para o fim de autorizar o afastamento, diárias, e até do prejuízo das funções dos membros componentes da Diretoria e das Coordenações Técnicas para permitir o seu comparecimento às reuniões da Escola Nacional, do que após ampla exposição, pela ordem de fala, das **Doutoras Ana Teresa Silva de Freitas, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos, e dos Doutores Eduardo Diniz Neto, Carlos Henrique Martins Lima, e Antônio Carlos da Ponte**, onde se sublinhou a importância da Escola Nacional para a sociedade brasileira, os termos de cooperação técnica que foram firmados com o CNPG, o Conselho de Corregedores-Gerais, o CNMP, a Ouvidoria, a CONAMP, visando não só a criação mas a implementação da ENAMP, devendo desta forma ser renovada a solicitação de apoio a estes Colegiados, a fim de influenciar às administrações do Ministério Público brasileiro, reforçando esse pleito, sendo certo que são apenas duas reuniões presenciais da ENAMP por ano, e as demais quinzenais, via Skype, ainda coincidindo as reuniões presenciais com as do CDEMP, visando à economia nos deslocamentos, pois a maioria tem os mandatos de direção do CEAF com o exercício das funções na ENAMP. Colocado em votação este primeiro encaminhamento, ficou assim a **DECISÃO**: por maioria, votaram favoravelmente à proposta, vencido o Diretor do CEAF-SP, pelos motivos já expostos em sua fala anterior e ratificados neste ato. Em segundo encaminhamento, após ampla discussão do tema, na ordem de fala, pelos **Doutores Carlos Henrique Martins Lima, Vanessa Wendhausen Cavallazzi,**



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

Ana Paula Antunes Vieira Nery, Ana Teresa Silva de Freitas, Eduardo Diniz Neto, Antonio Sérgio Tonet, e Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos sublinhando, em resumo, a importância da Escola Nacional, na capacitação dos membros do Ministério Público brasileiro, e o apoio, através de Termos de Cooperação Técnica firmados com o CNPG, o Conselho de Corregedores-Gerais, o CNMP, a Ouvidoria, a CONAMP, sendo um referencial, a ENAMP, uma vez representando todas as demais Escolas do País, inclusive no âmbito internacional, assim votou-se o segundo encaminhamento, **DECISÃO**: por unanimidade, votaram favoravelmente a proposta para o fim de se renovar expediente, via Presidência do CDEMP, a todos os Procuradores-Gerais de Justiça, dando-lhes conhecimento da composição da Diretoria e das Comissões Técnicas da ENAMP e do respectivo tempo do exercício das funções. Em seguida, dada à importância do tema e o fato de que nem todos os integrantes presentes permanecerão até o final dos trabalhos, por motivos justificados, a **Presidência** antecipou tema da pauta desta reunião do CDEMP que se daria no dia seguinte, 06 de maio de 2016, solicitando a apresentação, pela Presidente, do relatório sobre os projetos da ENAMP ao Colegiado. Com a palavra a **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas**, Presidente da ENAMP, a qual expôs que foi realizada a primeira reunião da ENAMP no edifício da CONAMP, em Brasília, no dia 14 de abril, decidindo-se pela criação de *e-mail*; a abertura de uma página da ENAMP dentro de um *link* junto à página do CDEMP; a celebração de alguns convênios já concluídos com a UNESP e a USP, convênios de pesquisa, apenas faltando marcar data para assinatura dos referidos termos; a ocorrência de reuniões quinzenais, via *Skype*, a cada primeira e terceira segundas-feiras do mês, sem prejuízo das duas reuniões presenciais em duas reuniões ordinárias do CDEMP, por ano; a formalização de consulta democrática a todas as escolas e fundações, enfim a todos os integrantes deste Colegiado, sobre o que pensam do ensino, pesquisa e extensão que deve ser adotada pela ENAMP, diagnóstico este que facilitará a construção do projeto político-pedagógico da Escola Nacional; em estudo qual a data, o tema e o palestrante do Seminário Internacional, sugerindo o mês de março de 2017, época do aniversário de 20 anos da data de criação do CDEMP, a se dar na cidade de Foz do Iguaçu-PR, cuja comissão já foi escolhida e constou da ata anterior; a estruturação da EAD, com a apresentação das plataformas, que estão sendo pesquisadas; a criação da Revista, que está com a colega **Dra. Samia Saad Galloti Bonavides**, do Paraná; em estudo quais cursos da EAD serão disponibilizados, havendo sido cogitado o Curso realizado pelo CEAF-BA, premiado, e “o Ministério Público no Novo Processo Civil”, que será disponibilizado sem custos, elaborado pelo CEAF-GO, da Dra. Maria Carolina Beraldo, e outros cursos em elaboração para a ENAMP, “curso de Agentes Políticos de Direito e de Agentes Educacionais”, cursos semipresenciais; eis a programação da ENAMP para este ano de 2016; retomando a palavra, o **Presidente** anunciou que já há dois editais para cursos de mestrado e doutoramento na Itália, em Roma, na Universidade em Tor Vergata, e em breve sairá o edital da Universidade em Lisboa, sendo necessária a composição da Comissão, para o fim de avaliar os candidatos e fixar as datas, sendo certo que normalmente a partir do mês de setembro iniciam as aulas e tradicionalmente as



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

reuniões são feitas no mês de junho, sendo que os editais preveem o término das inscrições para o mestrado no dia 11 e para o doutoramento no dia 16 de maio, portanto, a partir de 40 dias, deve ser marcada a banca, que os indica, e a universidade absorve os candidatos; passou-se então à escolha dos membros titulares e suplentes da Comissão de Seleção, apontando o **Presidente** primeiramente como titulares o nome da **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas**, por ser a Presidente da ENAMP docente da Universidade Federal do Maranhão e inclusive por ter a titulação de doutorado; e o nome do **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, também por sua experiência na área acadêmica, membro do CDEMP e Professor Doutor; havendo a necessidade da composição de 3 membros titulares e três suplentes, abriu-se então para candidatura do terceiro membro titular, sendo indicado o **Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda**, membro do MPMG; a seguir, como suplentes os **Doutores Hermes Zaneti Júnior**, membro do MPES, **Isaac Newton Belotta Sabba Guimarães**, membro do MPSC, e **Alexander Araújo de Souza**, membro do MPRJ; solicitou-se em seguida as instalações do CEAF-SP para a realização das reuniões, o que foi gentilmente aceito pelo Diretor daquele Centro de Ensino, **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, cedendo o auditório, inclusive por ser ato público, no sentido de dar ampla divulgação; passou-se a escolha das datas para as reuniões, chegando-se ao dia 27 de junho de 2016, na sede do CEAF-SP, situado à rua Japuanga, 235, Alto da Lapa, São Paulo-SP, com a possibilidade de ser reservado o dia 28 de junho de 2016, se necessário; passou-se em seguida à leitura da Ata n. 01-2016, que foi aprovada com o acréscimo de trecho de contribuição da fala da **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas**, por unanimidade, com abstenção do colega **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, face à sua ausência justificada àquela reunião; passou-se a palavra ao **Vice-Presidente**, o qual retomou a questão sobre o Seminário Internacional, que por ser, dentre outros fatores, o período eleitoral, foi adiado para o início de 2017, entre março e início de abril de 2017, aventando que o Congresso Estadual do MPPR será realizado nesses dias, em Foz do Iguaçu-PR, no Hotel Bourbon ou Hotel Mabu, podendo abrir espaço nesse grande evento, de 4 a 5 dias, aproveitando a estrutura, já fazendo este convite da parte da FEMPAR e da APMPPR, mantendo-se a última reunião ordinária do CDEMP deste ano para Brasília na Escola do MPU, nos mesmos dias da reunião do CNMP; o **Presidente** destacou a excelente obra publicada pela Editora Saraiva, da **Dra. Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos**, intitulada "O Poder Familiar e Guarda Compartilhada", convidando-a desde já a proferir palestra no CEAF-RN, tendo ela destacado que na verdade tal é resultado de um trabalho de mestrado, tendo sido publicada a obra primeiramente em 2003, pela editora Lumen Iuris, havendo atualizado a obra agora depois de mais de 10 anos, com as duas leis de guarda compartilhada, da alienação parental, de violência doméstica e do Novo Código de Processo Civil, quer registrar também que o CNMP editou a Recomendação 32, em abril deste ano, no sentido de que os Ministérios Públicos incluam nos cursos de formação de promotores, o tema alienação parental, e guarda compartilhada; e agradece ao CDEMP, que serviu como um estímulo, estando aqui, essas reuniões a faz renovada, agradecendo o apoio que sempre recebeu deste Colegiado; passou o **Presidente** então ao sorteio de duas unidades



**Colégio de Diretores de Escolas e Centros de
Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos
Ministérios Públicos do Brasil**

da obra, sendo premiados, dos membros presentes, o **Dr. Luiz Antônio A. Souza** e o **Dr. Carlos Henrique Martins Lima**; nesse momento, o **Vice-Presidente** pediu licença para se retirar da reunião, por ter de retornar antecipadamente, pois seu sogro está em fase terminal de grave enfermidade, mas certamente a tudo o que for aqui deliberado será dado sequência; lembrou que em cinco anos de CDEMP terá de se retirar antecipadamente pela primeira vez, transmitindo as boas vindas ao **Dr. Antônio Carlos da Ponte**, e pedindo ao Colega que saúde o novo Procurador-Geral de Justiça de São Paulo e a todos os servidores do CEAF-SP, pede que lhes mande felicitações, pois “sempre muito bem nos receberam”, bem como o Cdempiano de São Paulo Mario Sarrugo, “pois temos um lema que uma vez Cdemp, sempre Cdemp”; em seguida, a **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, Diretora da ESMP-GO, indagou se permanecerão nas Coordenações Técnicas da ENAMP os membros que já não mais se encontram como Diretores de CEAF's, tais como, o **Dr. Valmiro Santos Macedo**, a **Dra. Sabrina Coelho Machado Fajardo**, o **Dr. Marcelo Pedroso Goulart**, e a **Dra. Samia Saad Galloti Bonavides**; o **Presidente** afirmou que sim, naturalmente, eles permanecem, sendo que a **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas** achou por bem consultar a colega **Dra. Samia Saada Galloti Bonavides**, uma vez que preside a Comissão da Revista, e está prestes a se desligar do CEAF-PR, uma vez que deve realizar curso de pós-graduação; após ouvir o Colegiado, indagou das diversas outras comissões, que ora estão em atividade, concluindo que há duas comissões em andamento, no CDEMP, da Revista da ENAMP e do Seminário Internacional, e já convidou o **Dr. Antonio Carlos da Ponte** para escolher em qual Comissão gostaria de participar, o qual manifestou nesse instante sua preferência por fazer parte da Comissão da Revista, bem como o **Dr. Luiz Antônio A. Souza** se voluntariou a participar da Comissão da Revista, no mesmo sentido; a **Dra. Vanessa Wendhausen Cavallazzi** pediu a palavra dizendo que observou não ter havido um destino certo à Comissão de Valorização do CEAF, destacando ser necessário que se façam encaminhamentos a partir do relatório preliminar produzido, havendo de se decidir qual o modelo de CEAF mínimo, quantos modelos mínimos teremos, para estados menores, estados médios, estados grandes, por exemplo. “Não houve deliberação a respeito de todo o relatório preliminar, não houve encerramento dos trabalhos, faltando a conclusão, devendo tal assunto ser incluído então na pauta da próxima reunião” – sugeriu, com o que aquiesceram todos os presentes. A propósito, destacou o **Secretário** que o Relatório Preliminar será publicado na Página Eletrônica do CDEMP, haja vista que faz parte integrante, como anexo, da Ata de n. 01/2016, aprovada na data de hoje, quando da publicação desta, após concluída esta reunião. O **Dr. Luciano de Faria Brasil** inclusive mencionou que o Relatório já se tornou conhecido com a sua edição na Revista do CEAF-SP, a um público mais amplo. Em seguida, o **Presidente**, no tópico “Assuntos Gerais”, passou a palavra novamente ao colega **Dr. Luciano de Faria Brasil**, o qual fez questão de saudar o **Presidente** - pois não teve a oportunidade de cumprimentá-lo na última reunião, em vista do grande número de inscritos para tanto - elogiando a sua pessoa, sendo certo que sua gestão será coroada de êxito, tendo em vista a sua personalidade, uma pessoa preparada, destacada e culta; sublinhou ainda que “é muito bom estar aqui, entre



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

um grupo de amigos; que o CDEMP é um Colegiado muito leve em sua atmosfera, que pensa o Ministério Público, a partir da sua capacitação e formação, de uma maneira muito amistosa, sadia, e sem maiores formalidades que o recém-chegado colega do CEA-SP, **Dr. Antonio Carlos da Ponte** sentir-se-á, por certo, bem à vontade entre nós, ao qual saúda neste momento”. Traz ao Colegiado o fato de que o Ministério Público do Rio Grande do Sul recentemente concluiu concurso de ingresso na carreira dos novos promotores e tem o CEA-RS hoje uma temática ligada na área de administração, já que terão de lidar os novos membros com pessoas, corpo técnico, “e creio que nós mesmos não tivemos essa formação e aprendemos a gerir na prática, empiricamente”, tendo incluído alguns temas, como Gestão de Pessoas, solicita então aos colegas Cdempianos, a indicação de Colegas de seus estados, caso se lembrem de uma experiência meritória, nesse viés de inovação, para uma maior eficiência do trabalho, experiências premiadas, inovadoras, e até mesmo pensa em realizar uma oficina de trabalho, com esses “cases”, sublinhando que haverá também uma disciplina de *media training*, em entrevistas em rádios, a fim de evitar certos erros ao longo da carreira. Finalizou “saudando a nossa anfitriã **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, pela recepção que nos foi dada”. O **Presidente**, aproveitou a oportunidade para agradecer as generosas palavras do colega, **Dr. Luciano de Faria Brasil**, esperando poder corresponder aos anseios dos membros deste Colegiado e reafirmando a boa atmosfera existente no CDEMP. O **Dr. Valmiro Santos Macedo**, sobre o tema, lembrou que o CNMP determinou que se incluísse no Curso de Formação dos novos Promotores de Justiça a disciplina “Gestão de Pessoas”, que entende mesmo como fundamental e importante, a fim de criar condições para que o Promotor de Justiça não erre, sendo que naturalmente há Ministério Público mais adiantado nessa temática. Propôs a **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery** o encaminhamento para a composição de comissão específica para o Curso de Formação, a fim de rediscutir o Curso de Ingresso na Carreira, pois há uma orientação do CDEMP, mas de 2011, o que deve ser revisto e atualizado, com o que todos concordaram, sugerindo o **Dr. Carlos Henrique Martins Lima**, que essa Comissão realizasse trabalho tal qual na Comissão de Valorização dos CEA's, pesquisando os demais Ministérios Públicos, como no MPU, que tem quatro ramos, e há um modelo diferente para cada ramo, sendo que é considerado um curso de especialização o Curso de Formação, com alguns modelos de cursos de ingresso, entendendo interessante avaliar esses cursos e harmonizá-los ao final. Aproveita o ensejo para afirmar que houve recentemente uma visita do MEC na Escola do MPU, e foram avaliados com a nota 4, quando a avaliação vai até 5, o que é encaminhado para o INEP e depois homologado pelo Ministro da Educação. Entende assim que pode haver a coleta de modelos de cursos de ingresso existentes, e ao final tirar uma conclusão desse trabalho. No MPU, o Curso de Ingresso chega a 400 horas, ocorrendo a mescla do trabalho, com o curso, o que tem como muito melhor, pois há o espaço de tempo para o esclarecimento de dúvidas na execução do trabalho, ao longo de 1 ano e 6 meses. Acrescentou a **Dra. Vanessa Wendhausen Cavallazzi** que a Escola do Ministério Público de Santa Catarina também é reconhecida pela Secretaria de Educação do Estado e o Curso de Vitaliciamento é



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

reconhecido como curso de pós-graduação, com 375 horas. Passou então a integrar a presente Comissão as **Doutoras Vanessa Wendhausen Cavallazzi, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos, Ana Paula Antunes Vieira Nery, Wandete de Oliveira Netto, e o Doutor Carlos Henrique Martins Lima**, com a intenção de se fazer um diagnóstico e ao final apresentar um relatório ao Colegiado, a fim de avaliar os passos seguintes a serem dados. A **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery** antes da conclusão da reunião, fez questão de saudar o Colega que hoje inicia os trabalhos conosco, **Dr. Antonio Carlos da Ponte**, que inclusive participou de curso de Formação de Promotores em Goiás, a convite seu, e por indicação dos Promotores de Justiça, quando insistiu para ser chamado amistosamente apenas por **Da Ponte**, e alguns colegas em vitaliciamento até fizeram questão de representá-la, em sua posse como Diretor do CEAF-SP. Retornando a palavra finalmente ao **Presidente**, agradeceu a acolhida pelo CEAF-GO, na pessoa da **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, em todos os sentidos, a qualidade do material produzido, saudando novamente o novo membro, **Dr. Antonio Carlos da Ponte**, o qual, em retribuição, registrou a recepção calorosa de todos os colegas, bem assim da **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, como anfitriã, e da sua honra e satisfação em participar deste Colegiado, cumprimentando a forma absoluta serena e profissional que conduziu o **Presidente** a presente reunião, “o que demonstra que Sua Excelência consegue aferir aquele apanágio dos grandes seres humanos, que é a simplicidade e o equilíbrio, muito obrigado” – arrematou. Neste momento, face ao adiantado da hora, 17h30min, foi determinado pelo **Presidente** a suspensão dos trabalhos e seu prosseguimento no dia seguinte, a partir das 09h30min. Reabrindo-se a reunião, na hora indicada e mesmo local, iniciou o Presidente dando as boas vindas ao **Dr. Manuel Pinheiro Freitas**, Diretor da ESMP-CE, impossibilitado de comparecer na data de ontem. Também desde logo agradeceu o **Presidente** aos Promotores de Justiça do Ministério Público de Goiás, **Dr. José Carlos Miranda Nery Júnior**, Coordenador do CIMP e **Dr. Bernardo Boclin Borges**, Coordenador do GGI, que irão apresentar os Projetos, o primeiro, “Portal de Apoio à Investigação e Observatório de Segurança Pública”, e o segundo, “Plano Geral de Atuação: Ministério Público no Combate à Corrupção”, passando a palavra à **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery**, que fez a apresentação dos Projetos e de seus palestrantes, passando-lhes a palavra. Concluída a apresentação cultural, retornou a palavra ao **Presidente**, o qual cumprimentou os colegas de Goiás pelos brilhantes projetos que vêm sendo executados no Ministério Público de Goiás. Pediu a palavra o **Dr. Marcelo Pedroso Goulart**, para dizer primeiramente que esteve em Recife-PE, na terça-feira, realizando palestra em Curso de Ingresso de novos Promotores de Justiça, e traz a justificativa da ausência e o abraço a todos, da Diretora da ESMP-CE, **Dra. Deluse Amaral Rolim Florentino**, haja vista que está na condução do referido evento; em seguida, destacou a realização do “III Encontro Nacional do Ministério Público” a se dar em Belo Horizonte-MG, lembrando que os dois primeiros eventos ocorreram em São Paulo-SP, enquanto Diretor da ESMP-SP, mas com a criação da ENAMP, passou o evento a ser de responsabilidade da Escola Nacional, sendo escolhido o Estado de Minas Gerais. Houve então uma primeira



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

reunião em janeiro deste ano, tendo sido distribuída aos membros do CDEMP neste instante a “Pré-Programação” do Encontro que tem como tema “Pensamento Crítico e Práticas Transformadoras”, voltado para o debate de questões institucionais, numa visão crítica da Instituição e buscando sempre a sua renovação, a iniciar em 31 de agosto de 2016, quarta-feira, no Salão Vermelho da PGJ-MG, a partir das 18h30min, e às 19h30min a Conferência de Abertura, sob o título, “A Realidade Brasileira e a Importância do Ministério Público para o Brasil”, por Luiz Jorge Werneck Vianna; no dia 1º de setembro, haverá três painéis simultâneos, das 09h às 12h; o primeiro, com o Tema Institucional “Escolas do MP – Autonomia e Estruturação”, tendo como Presidente de Mesa: Jarbas Soares Júnior, do MPMG; Painelistas: Marcelo Pedroso Goulart, do MPSP, e Ana Teresa Silva de Freitas, do MPMA; Debatedor: André Mauro Lacerda Azevedo, Presidente do CDEMP, do MPRN; Relatores: Eduardo Fantinati Menezes e Daniel dos Santos Rodrigues, ambos do MPMG; o segundo, com o Tema Tutela Coletiva: “Inclusão Social e o Ministério Público da Constituição de 1988”; Presidente de Mesa: Fábio George Cruz da Nóbrega, do CNMP/MPF; Painelistas: Olympio de Sá Sotto Maior Neto, do MPPR, e Antônio Alberto Machado, do MPSP; Debatedor: Afonso Henrique de Miranda Teixeira, do MPMG; Relatores: Athaide Francisco Peres Oliveira e Daniela Campos de Abreu Serra, ambos do MPMG; o terceiro, Tema Institucional “2ª Instância”, tendo como Presidente de Mesa, Jacson Rafael Capomizzi, do MPMG; Painelistas, Juarez Estevam Xavier Tavares, Subprocurador-Geral da República e Antonio Sérgio Rocha de Paula do MPMG; Debatedor: Luiz Carlos Martins Costa, e Relatores: Reinaldo Pinto Lara e Felipe Gustavo Gonçalves Caires, todos do MPMG. Após o intervalo para o almoço, às 14h, haverá mais três painéis simultâneos, a saber: o primeiro, Tema Institucional: “Corregedorias do MP”; Presidente de Mesa: Paulo Roberto Moreira Caçado, do MPMG; Painelistas: Airton Pedro Marin Filho, do MPRO e Claudio Henrique Portela do Rego, Corregedor Nacional, membro do MPDFT; Debatedor: Márcio Soares Berclaz, do MPPR; Relatores: Fábio Roberto Machado e Érika de Fátima Matozinhos Ribeiro Lisboa, ambos do MPMG; o segundo, Tema Criminal “Direito Penal – Visão Crítica”; Presidente de Mesa: Eduardo Tostes, do MPSP; Painelistas: Jacson Luiz Zílio, do MPPR e representante do CEJA; Debatedor: Rodrigo Iennaco de Moraes; Relatores: Adriano Dutra Gomes de Faria e Carolina Marques Andrade, os três últimos do MPMG; o terceiro, Tema Tutela Coletiva “Atuação Preventiva na Defesa do Interesse Social”; Presidente de Mesa: Leonardo Duque Barbabela, do MPMG; Painelistas: Daniel Serra Azul Guimarães, do MPSP e Alexandre de Castro Coura, do MPES; Debatedor: Antônio Joaquim Schellenberger Fernandes; Relatores: Rodrigo Otáveio Mazieiro Wanis e William Garcia Pinto Coelho, estes três últimos do MPMG; no dia 2 de setembro, às 09h, os três últimos painéis simultâneos, o primeiro, Tema Institucional “Orçamento, Políticas Públicas e Direitos Sociais”; Presidente de Mesa: Nivia Mônica da Silva, do MPMG; Painelistas: Élide Graziane Pinto, do MP de Contas de SP e Cláudio Pereira de Souza Neto, da OAB/RJ; Debatedora: Ludmila Costa Reis; Relatores: Rafael Moreno Rodrigues Silva Machado e Thiago Fernandes de Carvalhos, os três últimos do MPMG; o segundo, Tema Institucional “MP e o Novo CPC”; Presidente de Mesa: Sérgio Parreiras Abritta, do MPMG; Painelistas: Gregório



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

Assagra de Almeida, do MPMG e Susana Henriques da Costa, do MPSP; Debatedora: Maria Carolina Silveira Beraldo; Relatores: Vanessa do Carmo Diniz e Nelma Matos Silva Guimarães, estes três últimos do MPMG; e o terceiro, Tema Criminal “Novo Modelo de Promotorias de Justiça Criminais: Um Olhar para a Tutela Coletiva na Área Criminal”; Presidente de Mesa: Rodrigo Cançado Anaya Rojas, do MPMG; Painelistas: Gustavo Senna Miranda, do MPES e Eduardo Valério, do MPSP; Debatedor: Tiago Jofre, do MPRJ; Relatores: Graciele de Rezende Almeida e Guilherme de Sá Meneghim, ambos do MPMG; concluindo com o Painel de Encerramento, às 13h30min “O Ministério Público na Visão da Sociedade”, tendo como Presidente de Mesa: Paulo Cesar Vicente de Lima, do MPMG; Painelistas: Maria Tereza Sadek da USP, Miracy Barbosa de Sousa Gustin da UFMG, Edésio Fernandes Filhos e Samuel Rodrigues, do Movimento Nacional de População de Rua; Debatedor: Raimundo Sílvio Dantas, do MPRN; Relatores: Marcelo Mata Machado Leite Pereira e Carolina Queiroz de Carvalho, ambos do MPMG, e a Sessão Plenária, para as conclusões e propostas, às 16h30min, após um breve intervalo para lanche. Concluiu o **Dr. Marcelo Pedroso Goulart** sua fala, dizendo que conta com a divulgação intensa do evento pelos CEAF's e Fundações Escola de todo o País, na Escola do Ministério Público da União, a fim de tornar também um sucesso o evento, na edição mineira. Passou o **Presidente** a palavra ao **Dr. Manuel Pinheiro Freitas**, saudando a todos e agradecendo a boa acolhida, também é a primeira vez que aqui vem ao CDEMP, vem perante todos se apresentar como Diretor da ESMP-CE, Assessor Internacional do CNPG e Vice-Presidente da Associação Internacional de Procuradores – IAP, encarregado da representação da América Latina, entendendo que as ações dos três mandatos possuem áreas de interesse convergentes. Informou que IAP é uma entidade que congrega Procuradorias-Gerais (incluindo a Procuradoria-Geral da República do Brasil) e Associações de Classe (incluindo a ANPR, a CONAMP e outras 8 associações estaduais) em mais de 150 países, bem como atua como órgão consultivo do Conselho Econômico e Social da ONU em matérias que dizem respeito à organização e ao funcionamento dos sistemas de justiça, especialmente dos ministérios públicos. A IAP tem feito várias publicações em parceria com a ONU, entre as quais podendo citar o recente “Manual sobre o Status e o Papel do Ministério Público”, onde pode ser visto um panorama comparativo entre as funções, as garantias e os deveres dos procuradores e promotores nos diversos tipos de modelo de Ministério Público existentes no mundo. A IAP realiza ainda uma série de eventos, tais como as conferências anuais mundiais, já tendo participado de cinco conferências, em Seul (2011), Bangkok (2012), Moscou (2013), Dubai (2014) e Zurique (2015). Convidou os membros do colegiado a participar da próxima conferência mundial da IAP que será realizada de 11 a 15 de setembro de 2016, em Dublin/Irlanda, e informou que as próximas conferências anuais acontecerão em Pequim/China (2017) e na Cidade do Cabo/África do Sul (2018). São eventos de alta qualidade, onde se reúnem grupos de trabalho da IAP em determinadas áreas, como corrupção e lavagem de dinheiro, combate aos crimes cibernéticos, crimes de guerra e crises humanitárias, etc., sendo que a participação em tais conferências é uma experiência muito enriquecedora do



Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

ponto de vista da troca de conhecimentos, experiências e boas práticas. Além das conferências mundiais, há também as conferências regionais (continentais), sendo que a última conferência para a América Latina foi realizada no Rio de Janeiro, em outubro de 2015, paralelamente ao Congresso Nacional do Ministério Público da CONAMP, onde havia representantes de 18 países de todas as partes do mundo e onde ocorreu uma reunião entre diretores de centros de treinamento para procuradores e promotores, com a participação do Procurador-Geral da República do Peru, Pablo Sanchez Velarde, do Procurador-Geral do Estado de Rhode Island (EUA), Peter Kilmartin, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás e Presidente do CNPG, Lauro Machado, e de integrantes do CDEMP, como a **Dra. Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos**. A próxima Conferência Regional da IAP para a América Latina será em San José, na Costa Rica, possivelmente em fevereiro de 2017. Um dos desafios de sua gestão como Vice-Presidente da IAP é de desenvolver a rede internacional de escolas do Ministério Público. Na reunião ocorrida do Rio de Janeiro, traçou-se de que forma poderia ocorrer essa cooperação entre as escolas do Ministério Público do Brasil, dos Estados Unidos da América e do Peru, sob os auspícios da IAP. Após assumir a Direção-Geral da ESMP/CE firmou um termo de cooperação com o *National Association of Attorneys General Training and Research Institute* - NAGTRI (Instituto de Treinamento e Pesquisa da Associação Nacional dos Procuradores-Gerais dos EUA) para viabilizar a realização de um projeto para oferecer um Mestrado profissional em Direito, com um tema provisório de "Governança Democrática, Administração da Justiça e Controle da Corrupção", com a interveniência de uma universidade local, cuja proposta já foi apresentada à CAPES/MEC. Um dos módulos do futuro mestrado profissionalizante, caso venha a ser aprovado, poderá ser oferecido pelo NAGTRI nos Estados Unidos da América, no segundo semestre de 2017. Tendo em vista tal possibilidade, o NAGTRI ofereceu 3 vagas gratuitas no curso "*Anticorruption Academy*", que acontecerá em Colorado Springs (EUA), de 15 a 19 de agosto de 2016, para procuradores e promotores brasileiros. O mencionado curso reunirá acadêmicos, procuradores, promotores e especialistas americanos na prevenção, na investigação, no processo e no julgamento de casos de corrupção e seria uma oportunidade para que os participantes brasileiros ajudassem a avaliar os expositores e os temas que poderiam ser aproveitados para o futuro módulo do mestrado profissional em "Governança Democrática, Administração da Justiça e Controle da Corrupção". Diante de tal oportunidade, pede a colaboração do CDEMP na indicação de 3 nomes de colegas procuradores e promotores, com fluência em Inglês e com atuação no combate à corrupção e à lavagem de dinheiros e de delitos afins, para participar do curso/treinamento "*Anticorruption Academy*". Em seguida, o **Presidente** passou a palavra para o **Dr. Carlos Henrique Martins Lima**, o qual apresentou um Curso EAD, da Oficina da Palavra, de "media training", com uma expertise muito específica, distribuindo o material a todos os presentes, reconhecendo ser um curso de alto custo, cerca de 60 a 70 mil reais, mas com um excelente retorno, que faz o treinamento sobre como falar com a imprensa. Em seguida, a **Dra. Ana Teresa Silva de Freitas** pediu a palavra para agradecer a **Dra. Ana Paula Antunes Vieira Nery** pela acolhida,



**Colégio de Diretores de Escolas e Centros de
Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos
Ministérios Públicos do Brasil**

em todos os aspectos, saudar o colega **Dr. Manuel Pinheiro Freitas** o qual já conheceu em São Luís e vem para o CDEMP para somar e engrandecer o nosso Colegiado; irá passar para os membros o modelo do Projeto Político Pedagógico de São Paulo e solicita o subsídio dos Colegas, “para podermos fazer o Projeto para a ENAMP”, destacou. Retomou o **Presidente** então a palavra para reforçar o convite a todos para comparecerem à próxima reunião ordinária do CDEMP, na cidade de Gramado-RS, nos dias 04 e 05 de agosto de 2016, sendo que haverá *Transfer* de Porto Alegre até Gramado, realizando-se em princípio no Hotel Serra Azul, desejando a todos um bom retorno, declarou encerrada a reunião, às 12h40min. Eu, **Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário Executivo**, lavrei a presente ata, que segue devidamente assinada, fazendo parte integrante desta a lista de assinatura dos presentes à reunião que deliberou por sua aprovação.



André Mauro Lacerda Azevedo
PRESIDENTE



Edgar Roberto Lemos de Miranda
SECRETÁRIO-EXECUTIVO